

Volume 1 | nº.8
2º Trimestre 2020

Carta de Conjuntura Econômica

Equipe Responsável

*Carlos Hernán Rodas Céspedes
(coord.)*

André da Silva Redivo

Lucélia Ivonete Juliani

Patricia Eveline dos Santos Roncato

Tanise Brandão Bussmann



Universidade Federal do Pampa

Sumário

APRESENTAÇÃO	2
POLÍTICA MONETÁRIA, CAMBIAL E FISCAL	3
POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL	3
POLÍTICA FISCAL	5
INFLAÇÃO	8
SETOR EXTERNO	11
ATIVIDADE ECONÔMICA: DESEMPENHO DO PIB	15
MERCADO DE TRABALHO	19

APRESENTAÇÃO

Esta Carta de Conjuntura é uma iniciativa de um grupo de professores do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento. A Carta tem como objetivo uma forma de integração dos diferentes membros da comunidade acadêmica na discussão sobre a economia nacional e internacional. Também há a intenção de que possa ser um instrumento de aprendizado discente no tratamento e análise de informações econômicas. É um esforço no sentido da criação de um espaço de geração e troca de conhecimento.

Os dados apresentados possuem diferentes fontes, fato observável nas seções da mesma. Por serem de fontes diferentes, as informações apresentadas acabam por apresentar uma periodicidade de publicação distinta. Assim, levando em conta período de publicação da Carta, optou-se por utilizar o dado mais recente de cada área disponível. Além disso, as bases de dados utilizadas muitas vezes podem ser analisadas em recortes menores (além da Nacional, por Estado e/ou Cidades). Sempre que houve a disponibilidade, foram trazidas as informações para estes recortes também.

Neste número a Carta de Conjuntura Econômica, faz-se uma análise das condições conjunturais brasileiras para o segundo trimestre de 2020. Como nos demais números, observam-se as questões de Política Monetária, Cambial e Fiscal, Inflação, Setor Externo, Atividade Econômica (via observação do PIB) e Mercado de Trabalho.

O grupo de professores envolvidos na realização deste trabalho aproveita o espaço desta apresentação para convidar a todos os interessados na coleta, tratamento e análise de dados de conjuntura a se juntarem ao nosso esforço.

POLÍTICA MONETÁRIA, CAMBIAL E FISCAL

*Prof. Dr.
André da Silva Redivo*

Nesta seção serão apresentados alguns resultados das áreas monetária, cambial e fiscal. Faz-se necessário ressaltar que, dado ao calendário de divulgação das informações, as informações contidas aqui nem sempre terão um período comum. Assim, a seção será dividida em duas, sendo a primeira para apresentar a política monetária e cambial; e a segunda para a política fiscal.

Política Monetária e Cambial

Tem sido relatado nesta carta a constante queda das taxas de juros TJLP, Selic, CDI e TLP. Este movimento tem sido constante e, em grande medida, reflexo de uma baixa atividade econômica e não de uma política macroeconômica equilibrada. Alguns analistas destacam o papel da EC 95/2016, mais conhecida como “Teto de Gastos”, na redução das taxas de juros, dado a possível credibilidade que a política fiscal teria ganhado. Apesar da hipótese de que a credibilidade fiscal resulte na redução nas taxas de juros, é difícil separar os elementos que contribuem para a redução das mesmas. O país vive um cenário de baixo crescimento econômico desde 2017, após dois anos de quedas expressivas do PIB, em 2015 e 2016, com taxas elevadas de desemprego, capacidade ociosa, baixo investimento. Além disso, as taxas de inflação apontam para a possibilidade de que ao final de 2020 tenhamos uma inflação abaixo do limite inferior da meta.

Tabela 1 – Taxas de juros nominais, outubro de 2019 a setembro de 2020

Data	TJLP - % a.a.	Selic % a.a.	CDI % a.a.	TLP - % a.a.
out/19	5,57	5,38	5,38	2,90
nov/19	5,57	4,90	4,90	2,72
dez/19	5,57	4,59	4,59	2,54
jan/20	5,09	4,40	4,40	2,40
fev/20	5,09	4,19	4,19	2,42
mar/20	5,09	3,95	3,95	2,47
abr/20	4,94	3,65	3,65	2,67
mai/20	4,94	3,01	3,01	2,86
jun/20	4,94	2,58	2,58	3,05
jul/20	4,91	2,15	2,15	2,79
ago/20	4,91	1,94	1,94	2,40
set/20	4,91	1,90	1,90	2,07

Fonte: Banco Central do Brasil.

Ao analisarmos os resultados apresentados na Tabela 2, a luz dos resultados da Tabela 1, podemos perceber que a cenário de redução de taxas de juros refletido na taxa de juros do crédito livre. Enquanto essa taxa de juro era de 37,22% em ago/19, passa para 27,31% em jul/20. O mesmo acontece com o crédito direcionado, mais correlacionado com as taxas de juros de longo prazo, e menos com a Selic. Com relação % do PIB, percebe-se a manutenção da superioridade do crédito livre frente ao direcionado, fato que vem ocorrendo desde a redução da participação do BNDES no fornecimento de crédito. Por sua vez, o prazo das operações com crédito livre vem aumentando, enquanto os prazos para as operações com crédito direcionado estão oscilando próximo aos 200 meses. Também ocorrem oscilações pequenas na inadimplência para as duas formas de crédito.

Tabela 2 – Crédito: Proporção do PIB, Taxa média de juros, prazo médio das concessões e inadimplência agosto de 2019 a julho de 2020

Data	% PIB		Juros Médios (% a.a.)		Prazo médio (m)		Inadimplência (%)	
	Livre	Direcionado	Livre	Direcionado	Livre	Direcionado	Livre	Direcionado
ago/19	26,31	20,54	37,22	8,36	41,31	197,87	3,89	1,95
set/19	26,61	20,47	36,06	7,95	40,86	202,89	3,90	1,95
out/19	26,62	20,39	35,25	7,69	42,43	204,94	3,89	1,91
nov/19	27,03	20,36	35,55	7,42	43,14	200,95	3,85	1,88
dez/19	27,75	20,18	33,35	7,69	42,11	201,45	3,70	1,86
jan/20	27,49	20,11	33,73	8,18	40,88	196,19	3,77	1,92
fev/20	27,64	20,04	34,18	7,60	41,53	199,29	3,82	1,94
mar/20	28,78	20,12	33,36	7,52	40,06	199,02	3,85	2,19
abr/20	28,82	20,39	31,34	7,30	40,21	203,44	4,00	2,26
mai/20	29,07	20,63	29,96	7,47	41,80	194,93	4,04	2,10
jun/20	29,49	20,94	28,21	7,04	41,76	202,45	3,70	1,76
jul/20	29,79	21,29	27,31	7,11	42,51	196,82	3,53	1,67

Fonte: Banco Central do Brasil.

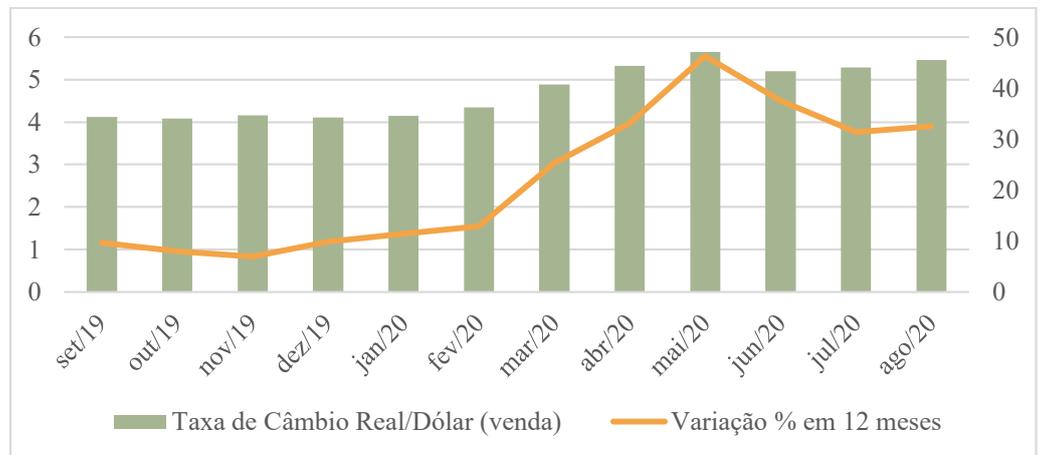
A análise destas taxas, entretanto, é enganosa quando feitas de forma isolada e fora do contexto de pandemia. A elevação no nível de gastos, exigidos para o combate da pandemia, resultará num déficit primário elevado, ultrapassando em muito os observados nos anos anteriores. Apesar de ser um resultado esperado, e até desejável, uma vez que se trata de uma crise de saúde pública a nível global, as perspectivas de capacidade de pagamento têm levado a cenários pessimistas com relação as taxas de juros de longo prazo, expressas pelas taxas das NTN-B, e também nas taxas de inflação.

Com relação a inflação, está se observando um movimento de elevação de preços de produtos tradables, aqueles que podem ser importados e exportados, dado a desvalorização do real. Esta, por sua vez, reflete, em alguma medida, uma fuga de capitais para moedas mais seguras. Apesar de ser um movimento esperado num contexto de crise, pode se dizer que ele foi potencializado pela ausência de diretrizes claras para a política econômica. Não se sabe, por exemplo, que políticas serão adotadas para tornar a dívida pública sustentável. Reformas, como a tributária, que poderia ter efeitos de elevação da arrecadação, inclusive por ganhos de eficiência, são apenas prometidas. Logo, a ausência de uma política fiscal crível, torna o perfil da dívida pública mais arriscada. Já se observa o movimento de encurtamento da dívida pública e aumento das taxas de juros de longo prazo – quando comparadas com taxas de países em desenvolvimento. Além disso, já se discute abertamente em jornais especializados a possível dificuldade de o Tesouro Nacional fazer a rolagem da dívida.

A variação cambial está representada na Figura 1. Nela é possível observar a manutenção de uma taxa de câmbio superior a R\$ 4,00 0 desde set/19, atingindo a partir de maio de 2020, chegando a R\$ 5,64. No contexto atual, com incertezas sobre a situação fiscal e o baixo crescimento, apontam para a manutenção de um patamar mais elevado da taxa de câmbio. Como vem sendo descrito nesta carta, a depreciação cambial vem ocorrendo há algum tempo e conta com explicações diversas. Entretanto, ressalta-se aqui a incerteza sobre a condução da política econômica e a sustentabilidade fiscal no longo prazo. Soma-se a isso as reduzidas taxas de juros, representadas pela Selic. É possível que ocorram mudanças nas estruturas produtivas e também na disponibilidade de produtos no mercado interno. A desvalorização do real tende a tornar mais atrativa a compra de produtos nacionais. Esse movimento já tem se observado nos produtos agroindustriais. No curto prazo, uma consequência desta elevação

poderá ser o aumento da inflação, sobretudo nos bens e serviços mais impactados pela desvalorização cambial.

Figura 1 – Taxa de câmbio Real/Dólar (venda), média do período, e variação em 12 meses, setembro de 2019 a agosto de 2020

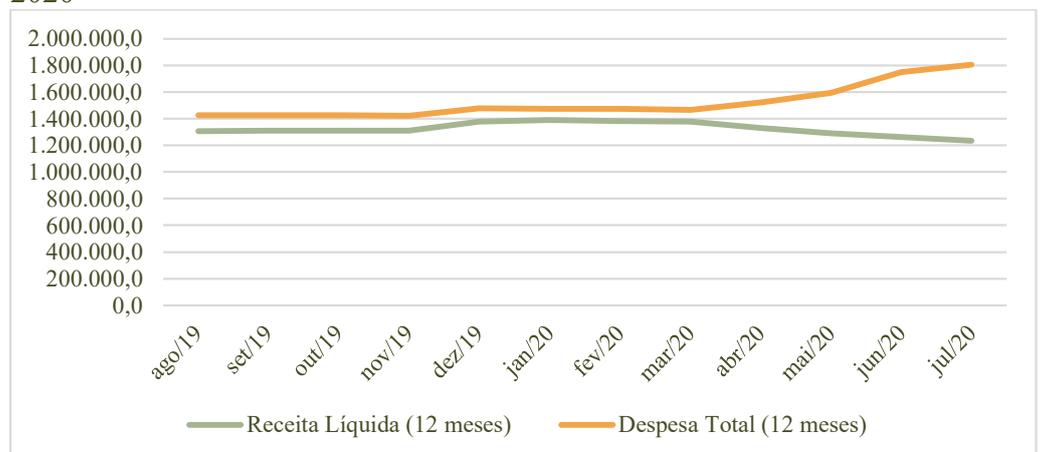


Fonte: Banco Central do Brasil.

Política Fiscal

Vem sendo destacado neste documento, desde a sua primeira edição, a persistência dos déficits fiscais como sendo o principal problema macroeconômico do país. Apesar de o baixo crescimento e o elevado desemprego também serem problemas graves, a situação fiscal cria restrições para ações mais efetivas para a resolução daqueles dois problemas. É neste sentido que o debate em torno das políticas fiscais tem acontecido no país. No plano das políticas econômicas, não se vislumbram soluções ou alternativas, dado a inoperância da equipe econômica. Essa, por sua vez, acaba trazendo pouca credibilidade para a sua capacidade de manter uma trajetória sustentável da dívida pública.

Figura 2 – Receita Líquida e Despesa Total do Governo Central, em R\$ milhões, acumulado em 12 meses, agosto de 2019 a julho de 2020, a preços de julho de 2020

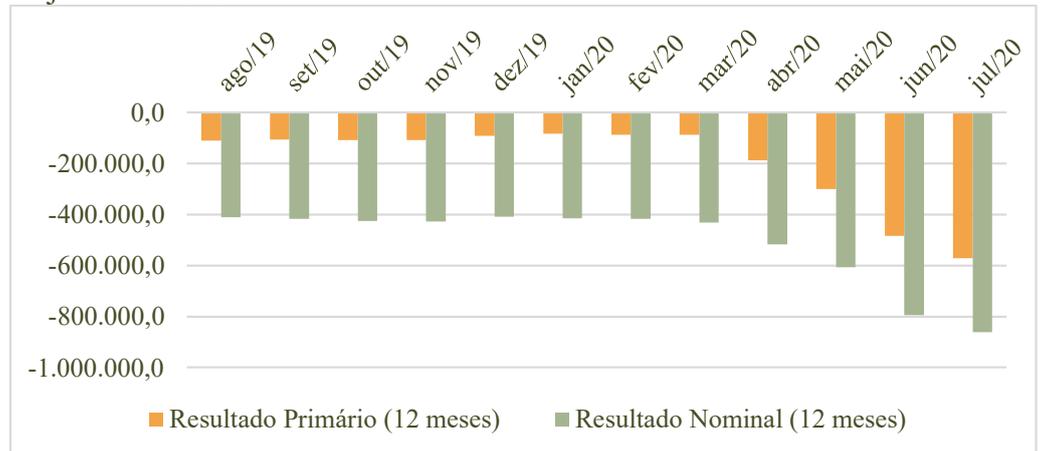


Fonte: Tesouro Nacional.

Na Figura 2, percebe-se a manutenção da trajetória de déficits. Essa trajetória está presente desde 2015, quando as receitas públicas apresentaram retração significativa. Frente a fraca atividade econômica, que resulta em baixa arrecadação tributária e previdenciária, e a maior rigidez na despesa pública, mantem-se a persistência dos déficits. Com a pandemia mundial de Covid19

acentua-se a diferença entre despesas e receitas primárias, resultando na elevação do déficit, pois houve a necessidade de expansão da despesa pública para gastos como os do auxílio emergencial, ao mesmo tempo em que as receitas diminuem em virtude da queda na atividade econômica. Esse resultado seria esperado e não causaria maiores problemas se houvesse um panorama crível de reversão desse cenário. Mas não há.

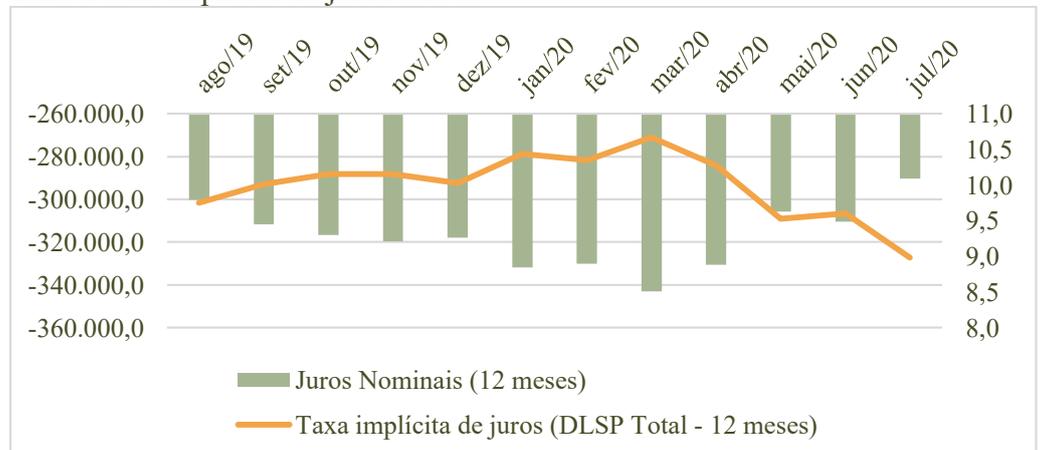
Figura 3 – Resultado Nominal e Resultado Primário do Governo Central, em R\$ milhões, acumulado em 12 meses, de agosto de 2019 a julho de 2019, preços de julho de 2020



Fonte: Tesouro Nacional.

A situação fiscal acima apontada, através da relação entre receitas e despesas do governo geral, indica o aprofundamento dos déficits. Na Figura 3 pode-se perceber a manutenção de déficits primário e nominal. Neste sentido, destaca-se que as receitas não financeiras, após descontadas as despesas não financeiras, não têm sido suficientes para cobrir os gastos financeiros com a dívida pública. As projeções de PIB para os próximos anos, observadas no relatório FOCUS, do Banco Central, ainda não apontam para uma recuperação capaz de reverter as perdas e o baixo crescimento observados entre 2015 e 2019. Além disso, reformas que poderiam ter maior impacto nas receitas ou despesas não são apresentadas, ou apresentam-se propostas que conseguem ser criticadas por um amplo espectro de economistas.

Figura 4 – Juros nominais pagos pelo Tesouro Nacional, em R\$ milhões, acumulado em 12 meses, agosto de 2019 a julho de 2020, a preços de julho de 2020 e taxa implícita de juros a.a. %



Fonte: Tesouro Nacional para Juros Nominais e Banco Central para Taxa Implícita.

Apesar do cenário fiscal que se avizinha, houve redução no total de juros pagos pela dívida pública, quando observado o acumulado em 12 meses. Além disso,

as taxas de juros pagas pela dívida pública, medidas pela taxa implícita, também apresentam uma trajetória de redução. Entretanto, frente as dificuldades apontadas ao longo desta carta, é possível que se observe uma piora neste cenário. Como já mencionado, tem-se discutido a possibilidade de o Tesouro Nacional conseguir rolar dívidas. Ainda, também foi observado a possibilidade de a inflação se elevar em função da desvalorização cambial. Uma possível recuperação econômica também poderia pressionar ainda mais os preços. Sendo assim, a trajetória de queda da taxa Selic poderia ser revertida. Também já se observa a elevação das taxas de juros dos títulos de dívida de longo prazo. Esse cenário de elevação das taxas de curto e longo prazo podem resultar numa elevação do volume de juros pagos pelo serviço da dívida pública, bem com a elevação da taxa implícita de juros.

INFLAÇÃO

Prof. Dra.
Lucélia Ivonete
Juliani

No Brasil, passados quase 180 dias de quarentena em que a economia vezes abre vezes fecha, e passados a marca de mais de cem mil mortos, as consequências da crise começam a se desenhar. Embora os números pareçam demonstrar inflação controlada, alguns eventos tendem a nos direcionar a um cenário de crise austera.

Tabela 3 - Variação (%) mensal e anual do IPCA – Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo, do ano de 2020.

Mês	IPCA	
	Variação mensal (%)	Variação acumulada no ano (%)
jan/20	0,21	0,21
fev/20	0,25	0,46
mar/20	0,07	0,53
abr/20	-0,31	0,22
mai/20	-0,38	-0,16
jun/20	0,26	0,10
jul/20	0,36	0,46
ago/20	0,24	0,70

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE
(<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>)

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos meses de janeiro a agosto de 2020, demonstram estabilidade, sendo que, em abril (-0,31%) e maio (-0,38%) houve registro negativo de inflação. Em contrapartida, porém, a população, nesse momento, está sentindo no bolso o aumento dos produtos, principalmente aqueles que integram a cesta básica. De acordo com a Tabela 3, o IPCA-IBGE já registra alta acumulada de 0,70% no mês de agosto. Conforme os dados, na região metropolitana de Porto Alegre, o IPCA-IBGE acumulado foi de 0,21% no mês de agosto.

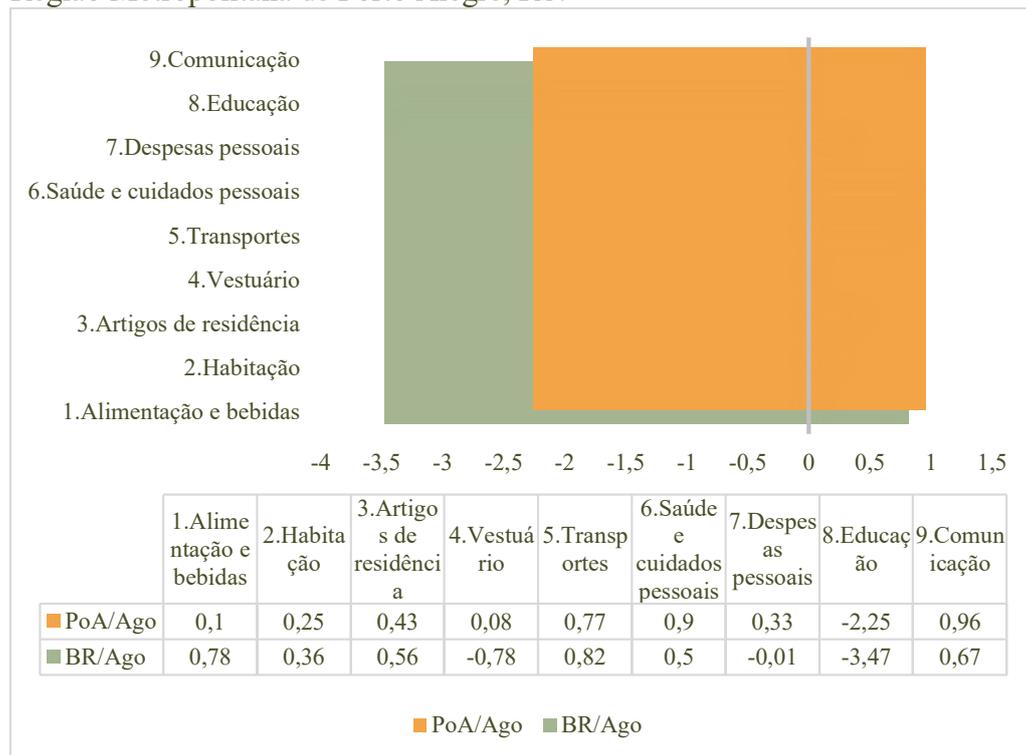
Tabela 4 - Variação (%) mensal e anual do IPCA – Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo, para Região Metropolitana de Porto Alegre no ano de 2020.

Mês	IPCA	
	Variação mensal (%)	Variação acumulada no ano (%)
jan/20	0,17	0,17
fev/20	0,16	0,33
mar/20	-0,32	0,01
abr/20	-0,05	-0,04
mai/20	-0,44	-0,48
jun/20	-0,01	-0,49
jul/20	0,37	-0,12
ago/20	0,33	0,21

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE
(<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>)

Nos meses de março (-0,32%), abril (-0,05%), maio (-0,44%) e junho (0,01%) foram registrados índices negativos de inflação, ou seja, retração ainda maior na economia.

Figura 5 - Comparativo do IPCA – Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo Mensal no mês de agosto de 2020 por grupo de produtos Nacional e Região Metropolitana de Porto Alegre, RS.



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>)

Ao olhar mais a fundo os grupos de produtos que compõem o índice, é possível perceber o grupo educação no âmbito nacional (-3,47%) e regional (-2,25%) com taxas negativas elevadas. Registros decorrentes do fato de que, somente agora, as escolas estão planejando protocolos de retorno e considerando, também, que um número elevado de instituições de ensino só retornará no próximo ano, o que, certamente, ocasionará um abrupto impacto para o setor. O grupo vestuário também tem registrado inflação negativa em termos nacionais (-0,78), já em termos regionais está com índice positivo de 0,08%, no mês de agosto.

Quando se compara os grupos de produtos, que compõem o IPCA-IBGE, pelo índice acumulado, se percebe porque a inflação está sendo sentida fortemente pela população. O grupo de alimentação e bebidas, em termos nacionais acumulados, registrou 4,91% e a região de Porto Alegre 4,91%. No sentido contrário, o grupo de transportes teve deflação acumulada em agosto de -3,46% em termos nacionais e de 4,75% em termos regionais, seguido pelo grupo vestuário que registrou deflacionais em -3,21% (BR) e 2,41% (POA).

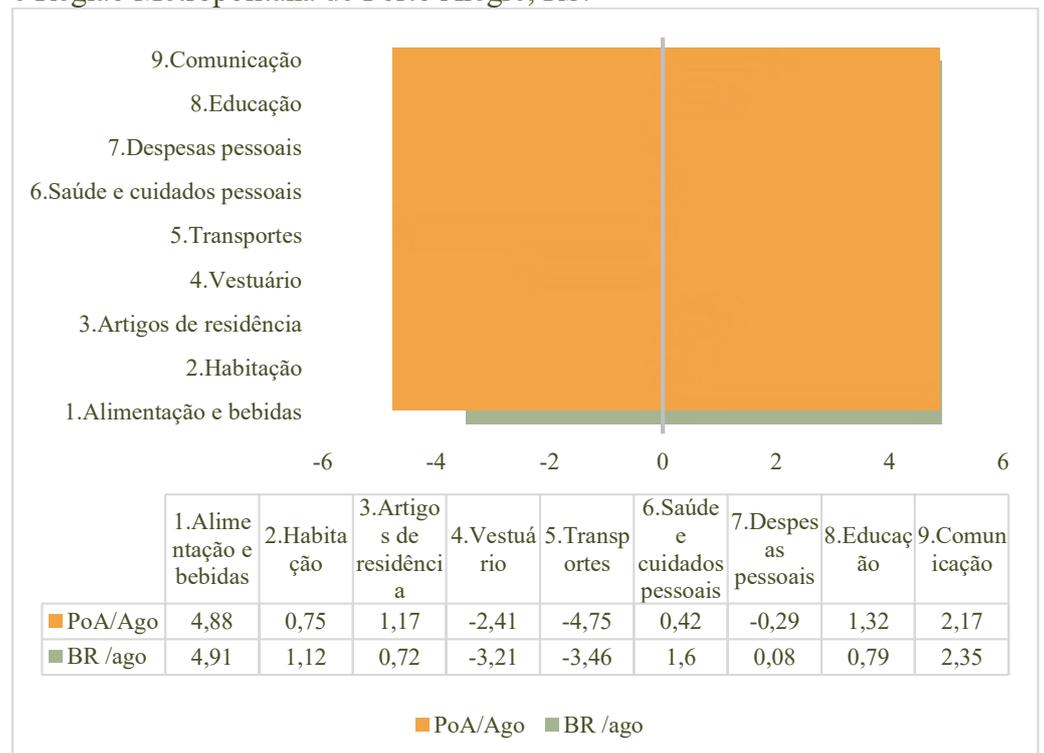
Esses resultados só demonstram os impactos da crise causada pela pandemia. As pessoas tendem a permanecer em casa, obedecendo os protocolos de distanciamento social, razão pela qual acabam adquirindo e consumindo mais produtos alimentícios, fator que acarreta a elevação dos preços (Lei da Oferta e da Demanda).

O dólar, por sua vez, vem se mantendo com cotação alta, o que o torna atraente para exportações, mas prejudica as importações, que se tornam cada mais onerosas.

O setor de transportes ainda não está em sua atividade máxima porque houve a imposição de restrição de 50% na capacidade operacional. Não bastasse isso, há

de se considerar, também, a considerável queda no número de usuários em decorrência da pandemia. Tais índices se deram porque alguns usuários ainda consideram arriscado o retorno ao uso do transporte coletivo e ao fato de que muitos trabalhadores, principalmente àqueles que estão no grupo de risco, permanecem trabalhando em casa, na modalidade home office, ou tiveram que ficar em casa para cuidar dos filhos, em razão do fechamento das escolas, ou, ainda, porque perderam o emprego (foram desligados por alguma razão).

Figura 6 - Comparativo do IPCA – Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo Acumulado no mês de agosto de 2020 por grupo de produtos Nacional e Região Metropolitana de Porto Alegre, RS.



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IBGE (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>)

O setor de vestuário, principalmente nos grandes centros comerciais, ficou fechado, sem expediente, por tempo considerável, o que implicou nas vendas e na receita das empresas do ramo. Somado a isso, nos dias atuais, embora tenha havido flexibilização na abertura do comércio, as empresas têm que lidar com o fato de que os clientes não possuem a mesma confiança de sair para comprar (consumir), em razão dos efeitos da pandemia e do receito com o futuro, ainda incertos.

No setor educacional, que reabre muito timidamente, as instituições privadas/particulares, as quais são dotadas de recursos financeiros – aporte econômico – para cumprirem os protocolos de segurança impostos, estão à frente das instituições públicas, estaduais e municipais, que ainda buscam caminhos para retornarem suas atividades com a segurança que os novos tempos exigem.

SETOR EXTERNO

*Prof. Dr.
Carlos Hernán Rodas
Céspedes*

O segundo trimestre de 2020, o Brasil apresentou uma piora nos valores mensais exportados em relação ao segundo trimestre de 2019: -8,5%, em abril; -14,5%, em maio; e, -4,3%, em junho. Da mesma maneira, os valores acumulados até cada um dos respectivos meses do segundo trimestre em relação aos do ano anterior também registraram quedas, - 6,2%; - 8%; e - 7,4%, conforme pode ser verificado através da Tabela 5.

Pelo lado das importações, os números mensais também mostram forte retração. Entre abril e junho, os resultados mensais do segundo trimestre de 2020 comparados com o ano anterior reduziram-se em: -14,8%, em abril; -10,5%, em maio; e, -19,8 %, no mês de junho. Em termos acumulados, comparativamente com 2019, os registros até cada um dos meses do segundo trimestre variaram em: - 0,4%; -2,5%; e, - 5,2%, respectivamente.

Como as quedas dos valores mensais das importações de abril e junho foram maiores que as quedas das exportações, os saldos comerciais nesses dois meses resultaram positivos em relação aos respectivos de um ano atrás, + 6,07% e + 33,16%, mas o resultado do mês de maio foi negativo, - 25,21%, por causa da abrupta e mais acentuada queda das exportações em relação às importações no respectivo mês. Em termos dos saldos acumulados, a variação em 2020 em relação a 2019 foram negativos: -28,08%, em abril; -27,28%, em maio; e, - 14,7 %, em junho.

Quanto à estrutura das exportações por atividade produtiva, enquanto que no ano de 2019 a sua composição esteve distribuída da seguinte maneira (média anual): 19,1%, agropecuária; 22,4%, indústria extrativa; 58%, indústria de transformação; e, 5%, outros, no segundo trimestre de 2020, a estrutura refletiu o impacto da pandemia uma vez que a proporção das exportações da produção agropecuária aumentou para 30,77%; a da indústria extrativa diminuiu para 19,%; e, a indústria de transformação sofreu forte recuo para 49.87%.

A informação mensal evidencia que no segundo trimestre de 2020, a exportação de produtos agropecuários registrou um aumento de: +41,5%, em abril; + 28,5%, em maio; e, +36,8% em junho, em relação aos respectivos meses do ano anterior. Já as exportações mensais da indústria de transformação evidenciaram significativas quedas: -24,3%, em abril; -24%, em maio; e, - 13,5%, em junho.

Em relação às importações, segundo a classificação internacional adotada a partir do primeiro trimestre do ano em curso, os dados mensais mostram que a sua estrutura apresentou leve variação em relação a 2019. O peso da importação de produtos manufaturados aumentou de 90,4% para 91,6%, e a participação da importação de produtos de origem agropecuário também aumentou, de 2,5% para 2,7% (media do trimestre). Comportamento parecido foi verificado utilizando os dados mensais acumulados, o peso da importação de produtos manufaturados aumentou de 90,2% para 92,5%, enquanto que a proporção da importação de produtos agropecuários diminuiu de 2,7% para 2,6%.

Dada a estabilidade na estrutura das importações segundo o conteúdo produtivo setorial, qual foi a dinâmica de cada componente na queda das importações verificada no segundo trimestre de 2020 em relação ao ano anterior? Os dados mensais divulgados pelo Ministério de Economia evidenciam um comportamento diferenciado na retração por componente setorial: -27,9%, da indústria extrativa; -14%, da indústria de transformação; -7,8% da agropecuária. Em termos dos dados mensais acumulados, de abril até junho, as importações

por componente setorial caíram em: -5,81%, agropecuária; -30,35%, indústria extrativa; e, -0,487, indústria de transformação.

Tabela 5 - Balança Comercial. Valores Acumulados. Brasil, 2020-2019, Bilhões de US\$, FOB

Mês	Exportações		Importações		Saldo Bal. Com.	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Janeiro	14,51	18,00	16,18	16,39	-1,67	1,61
Jan/Fev	30,10	33,74	29,43	29,01	0,67	4,73
Jan/Mar	48,47	51,17	43,95	42,14	4,52	9,03
Jan/Abr	66,12	70,45	55,56	55,77	10,56	14,68
Jan/Mai	83,72	91,04	68,95	70,74	14,76	20,30
Jan/Jun	101,33	109,45	79,40	83,77	21,93	25,68
Jan/Jul	120,89	129,60	90,91	101,53	29,99	28,07
Jan/Ago		149,27		117,10		32,17
Jan/Set		169,57		133,59		35,97
Jan/Out		189,14		150,61		38,52
Jan/Nov		206,88		164,79		42,09
Jan/Dez		225,38		177,35		48,04

Fonte: Ministério de Economia, setor de Indústria, Comércio Exterior e Serviços

A estrutura das nossas exportações junto aos principais parceiros do mundo até o mês de agosto apresentou o mercado chinês em expansão, a sua proporção em relação às exportações totais até agosto passou de 27,81%, em 2019, para 34,22%, em 2020. Já o mercado estadunidense teve a sua participação diminuída de 13,20%, em 2019, para 9,70% em 2020. Situação parecida ocorreu com o mercado argentino, tendo declinado a sua participação para 3,7%. A variação entre 2019 e 2020 das exportações acumuladas até o mês de agosto apresentou o seguinte comportamento: aumento para o mercado chinês em 14,04%; diminuição para o mercado estadunidense em -32,34%; retração para o mercado argentino em 25,43%.

Em relação à estrutura das nossas importações junto aos principais parceiros comerciais, a proporção das compras da China aumentou para 21,35% até o mês de agosto, depois que em 2019 tivesse registrado 20,27%. As compras desde o mercado estadunidense caíram levemente de 17,13% para 16,14%, e o próprio ocorreu com as compras desde Argentina, havendo registrado uma queda de 6,01% para 4,75%, em comparação com o ano anterior.

O saldo na balança comercial em valores acumulados aumentou até o mês de agosto em 12,77%, em relação ao respectivo registro do ano anterior. Especificamente, o saldo comercial com a China, principal e melhor parceiro comercial aumentou em 43,72%, em valores acumulados até o mês agosto de 2020 comparativamente com o mesmo mês do ano anterior. Já o saldo comercial negativo junto aos Estados Unidos aumentou quatorze vezes em idêntico período. E, o saldo comercial junto à Argentina registrou superávit de US\$ 273 milhões, sendo que, até o mês de agosto do ano anterior, o registro foi deficitário de US\$ -171,6 milhões.

Um dos resultados marcantes do segundo trimestre de 2020 foram os valores mensais (não acumulados) do saldo em conta corrente, de abril até junho, todos positivos. Como pode ser constatado através dos dados do balanço de pagamentos publicado pelo Banco Central, o comportamento declinante do déficit na conta Renda Primária contribuiu para que o saldo em transações correntes registrasse números em azul. O valor mensal do déficit na renda primária que em janeiro registrou US\$ - 7,1 bilhões, no mês de março diminuiu para US\$ -3,31 bilhões; e, no mês de junho, o respectivo déficit registrou nova queda para US\$ -1,7 bilhões. É verdade que o saldo acumulado em transações

correntes continuou deficitária, mas depois de ter alcançado o valor de US\$ - 19,6 bilhões em março, o valor de US\$ -13,4 bilhões em junho significaram certo alívio. Frente a esse desequilíbrio negativo em termos de valores acumulados, o investimento direto no país para o acumulado até junho foi positivo, US\$ + 22,8 bilhões.

Embora o último resultado seja positivo, o presidente do Banco Central manifestava no início do mês de junho, certa preocupação por causa do Brasil registrar a maior fuga de capitais entre os emergentes. A retirada de capitais estrangeiros em bolsa e títulos da dívida somou em março US\$ 21,3 bilhões e no seu entender “é culpa da insegurança que a pandemia causa nos mercados”.

Quanto às reservas internacionais, no mês de março o estoque era de US\$ 343 bilhões, e no mês de junho houve leve recuperação, US\$ 348 bilhões.

Só para lembrarmos, no final de 2018, o nível de reservas foi de US\$ 374,7 bilhões e no final de 2019, US\$ 356,8 bilhões. Pouco antes de finalizar o segundo trimestre, no dia 26 de junho o dólar comercial registrava o valor de R\$/US\$ 5,46, maior ao registrado em 31 de março, US\$ 5,19.

Os dados da Tabela 6 informam o acontecido com o comércio exterior do município de Santana do Livramento. No segundo trimestre do ano em curso houve uma queda expressiva nas exportações do município, embora a queda tenha se iniciado em fevereiro e prosseguido em março, a queda em abril em relação ao mês anterior foi de -81,77%. Com as importações também ocorreu algo parecido, em abril o valor importado resultou -62,19% inferior ao de março.

Na comparação do saldo acumulado de 2020 em relação ao ano anterior, a queda das exportações é evidente: -29,36%, em abril; -33,36%, em maio; e, -33,49%, em junho. A queda nas importações é ainda maior: -67,17%, em abril; -65,11%; e -69,27%, em junho. No acumulado até o mês de agosto em relação ao ano anterior as exportações caíram 34,4% e as importações -69,0%.

Tabela 6 - Balança Comercial de Sant’Ana do Livramento, 2020-2019 - US\$, FOB

	Acumulado		Exportações		Importações		Saldo da Balança Com.	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Janeiro	2.381.366	3.111.591	70.892	70.300	2.310.474	3.041.291		
Fevereiro	4.565.943	5.070.267	95.042	166.713	4.470.901	4.903.554		
Março	5.810.513	6.957.860	119.192	306.159	5.691.321	6.651.701		
Abril	6.037.285	8.546.569	128.321	390.818	5.908.964	8.155.751		
Mai	6.744.645	10.120.289	178.721	512.196	6.565.924	9.608.093		
Junho	7.233.081	10.875.371	185.196	602.616	7.047.885	10.272.755		
Julho	7.650.247	11.726.027	193.260	650.916	7.456.987	11.075.111		
Agosto	8.022.084	12.235.617	216.534	697.478	7.805.550	11.538.139		
Setembro		12.777.196		705.542		12.071.654		
Outubro		14.366.532		776.468		13.590.064		
Novembro		17.031.459		802.718		16.228.741		
Dezembro		19.940.124		902.223		19.037.901		

Fonte: Ministério da Economia, setor Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Como observado na Tabela 6, os saldos comerciais, ao igual que as exportações e importações, também tiveram quedas importantes, embora os resultados ainda se mantenham superavitários. Na comparação dos saldos acumulados entre

2020 e 2019 nos meses do segundo trimestre, registraram-se as seguintes quedas: -27,54%, em abril; -31,66%, em maio; e, -31,39%, em junho.

A lã não cardada nem penteada teve uma participação de 70% nas exportações; em seguida aparece a exportação de bananas frescas ou secas, 8,2%; e, os produtos de padaria, pastelaria, etc., 4,6%, entre os mais importantes da pauta exportadora. Em relação às importações, a lã não cardada nem penteada representou 68% do total importado municipal; produtos de origem animal representaram 10%; e, as partes destinadas a motores participaram em 4,4%. Entre janeiro e agosto, 99,9% do comércio externo do município de Santana do Livramento esteve concentrado em Uruguai.

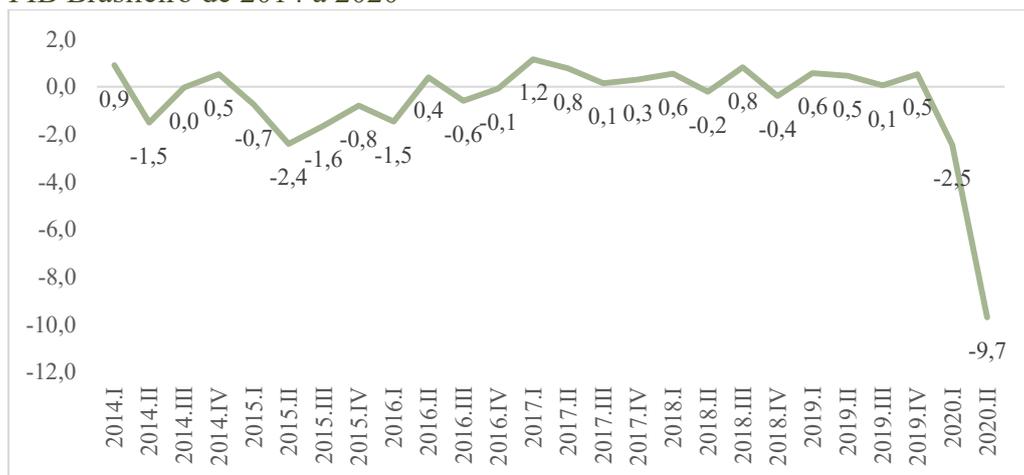
ATIVIDADE ECONÔMICA: DESEMPENHO DO PIB

*Profa. Dra.
Patricia Eveline dos
Santos Roncato*

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil são apresentados de acordo com o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT) onde consta informações sobre a geração, distribuição e uso da renda no País, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacando nessa edição dados do segundo trimestre de 2020.

O Produto Interno do Bruto do Brasil teve uma queda de 9,7% no segundo trimestre de 2020, comparando com o trimestre anterior, uma queda recorde no período mais complicado da economia devido a necessidade de isolamento social para controlar a pandemia. Acrescenta-se que a queda do PIB foi de 11,4% em relação ao mesmo trimestre de 2019. No primeiro trimestre já havia uma queda de 2,5% e se previa uma queda ainda maior nesse segundo trimestre, sendo que essa condição poderá melhorar para o terceiro trimestre de 2020. Essa é a segunda queda trimestral seguida e o menor resultado para a economia desde o início da série histórica, em 1996, segundo o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (IBGE). A Figura 7 demonstra a taxa do trimestre contra o trimestre imediatamente anterior do PIB brasileiro, do primeiro trimestre de ano de 2014 até o segundo trimestre de 2020.

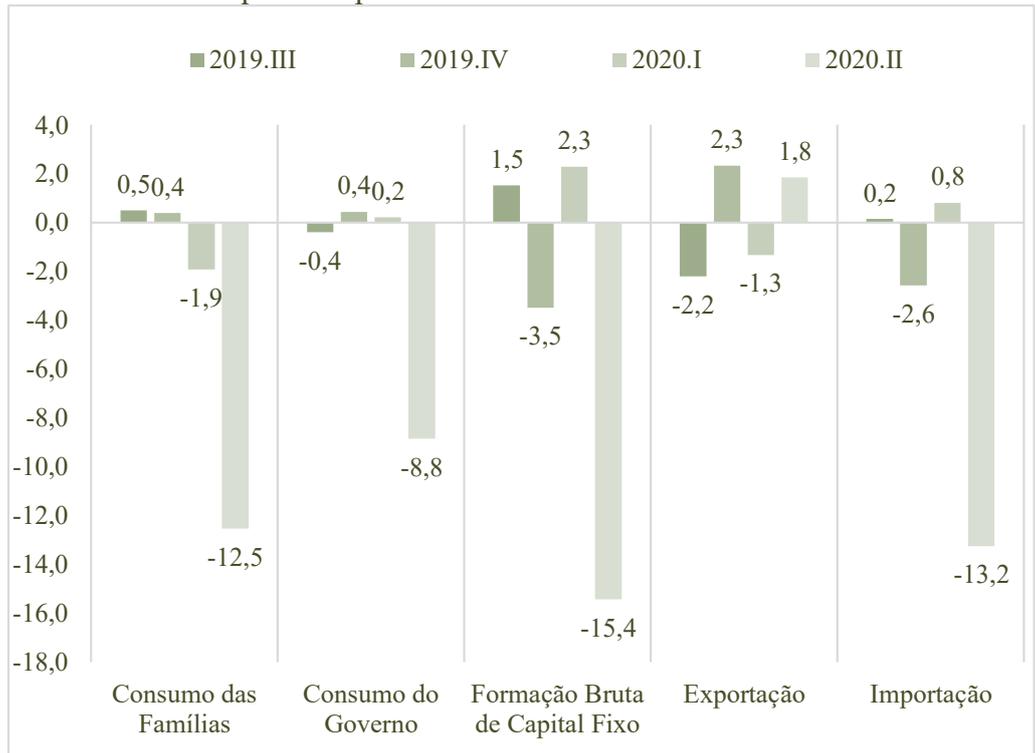
Figura 7 - Taxa do Trimestre contra o Trimestre imediatamente anterior (%) do PIB Brasileiro de 2014 a 2020



Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT (IBGE)

A perspectiva segundo o Boletim Focus do Banco Central do Brasil (4/setembro/2020) é de uma previsão de queda de -5,31% do PIB para o ano de 2020 e de uma retomada do crescimento de cerca de 3,5% para 2021. Segundo previsões do Banco Mundial essa queda do PIB no Brasil pode chegar a 8% em 2020 e retomada de 2,2% para 2021, e a nível mundial a contração seria de cerca de 5,2%, neste ano. A Figura 8 demonstra a taxa do trimestre contra o trimestre imediatamente anterior do PIB brasileiro, do terceiro trimestre do ano de 2019 até o segundo trimestre de 2020, por componentes da Demanda.

Figura 8 - Taxa do Trimestre contra o Trimestre imediatamente anterior (%) do PIB Brasileiro por Componentes da Demanda



Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT (IBGE)

O resultado do PIB para a economia brasileira sofre as consequências do avanço da epidemia no Brasil e da necessidade de distanciamento social como estratégia fundamental para evitar contaminações, recomendada pela Organização Mundial da Saúde. Assim, o consumo das famílias apresentou uma forte queda de 12,5% para o segundo trimestre, e de -1,9% para o primeiro trimestre, desmontando a sequência de crescimento que tinha até então, mas representando ainda cerca de 65,6% do PIB total. Essa diminuição do consumo é explicada pela paralização ou fechamento de várias atividades econômicas, que causam aumento do desemprego, instabilidade da renda e consequentemente redução do consumo em geral.

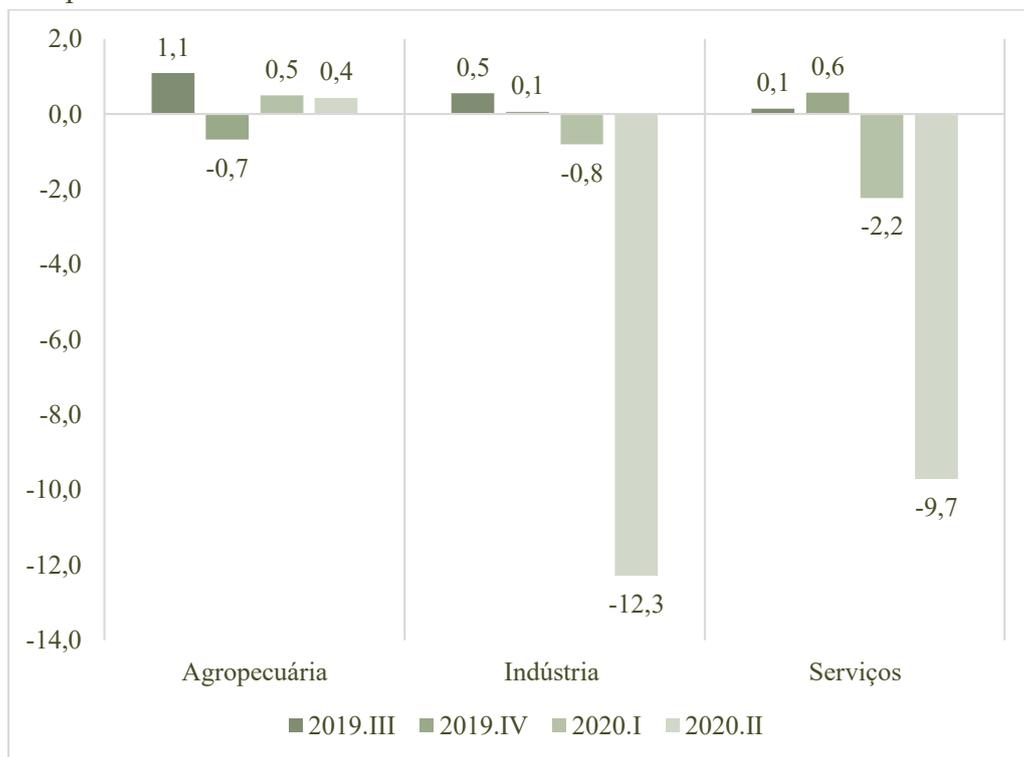
A formação bruta de capital fixo, que representa os investimentos, teve em termos percentuais uma queda de -15,4% no segundo trimestre, após uma recuperação importante no primeiro trimestre de 2,3%, mas que estava atrelado a novas plataformas de petróleo que somente nesse período passaram a fazer parte da conta.

O consumo do governo caiu em 8,8%, mesmo com a injeção de recursos com o Auxílio Emergencial. As exportações foram o único que apresentou resultado positivo de 1,8% no período, e em relação as importações de bens a queda foi expressiva de 13,2%.

A atividade econômica quando observada pela ótica da produção por setores, destaca-se pelos resultados da agropecuária de 0,4% e queda expressiva da indústria e dos serviços. Na Figura 9 apresenta-se a taxa do trimestre contra o trimestre imediatamente anterior do PIB brasileiro, por setores.

A indústria, no segundo trimestre de 2020 em comparação ao primeiro trimestre de 2020, recuou 12,3%, demonstrando as graves consequências da pandemia. Os setores responsáveis pela queda foi de -17,5% nas indústrias de transformação, -5,7% na construção, -4,4% na atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e -1,1% nas indústrias extrativas.

Figura 9 - Taxa do Trimestre contra o Trimestre imediatamente anterior (%) do PIB por setores



Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT (IBGE)

O setor de serviços também apresentou resultado negativo de -9,7% em comparação com o primeiro trimestre de 2020. O resultado negativo vem de Outras Atividades de Serviços de -19,8%, Transporte, armazenagem e correio de -19,3%, Comércio de -13%, Informação e comunicação de -3%, Administração, saúde e educação pública de -7,6%. Apenas as Intermediação financeira e seguros, e as Atividades imobiliárias tiveram variação positiva de 0,8% e 0,5%, respectivamente.

Já o setor agropecuário demonstrou um crescimento importante de 0,4 % no segundo trimestre de 2020 contra o trimestre imediatamente anterior, que pode ser explicado pelo aumento da produção de diversos produtos, principalmente da colheita da soja.

A análise dos efeitos da pandemia sobre o agronegócio é complexa, e são sentidos de forma diferenciada a depender do setor do agronegócio brasileiro. Primeiro, os setores que atuam com contratos de longo prazo, como soja e derivados, e aqueles que vislumbram aumento de consumo com o confinamento, como arroz e feijão, proteínas tendem a ter impacto menor e passar bem pelo período de crise, apesar do possível aumento dos custos de produção devido ao preço do dólar. O exemplo do preço do arroz é um dos exemplos que tem preocupado os consumidores em geral. Segundo, outras pesquisas apontam sinalização de impactos negativos no comércio exterior dos produtos do agronegócio, redução de mercado, com queda do consumo decorrente da retração mundial, problemas de planejamento e logística para o plantio da próxima safra. Salienta-se que, existem vários outros produtos como do setor de flores e plantas ornamentais, setores que atuam com produtos perecíveis, como frutas e hortaliças, esses de maneira geral são sensíveis ao atual momento e estão sofrendo prejuízos com a pandemia.

Entretanto, em termos de estimativa a produção de grãos no país será de 4,2% superior à obtida em 2019, segunda as informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) divulgadas pelo IBGE. Essa estimativa de agosto de 2020 para a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas totaliza 251,7 milhões de toneladas, superior à obtida em 2019 de 241,5 milhões de toneladas.

O arroz, o milho e a soja são os três principais produtos deste grupo, que, somados, representaram 92,3% da estimativa da produção e respondem por 87,2% da área a ser colhida. Em relação ao ano anterior, houve acréscimos de 3,0% na área do milho e de 3,5% na área da soja, e declínio de 1,5% na área de arroz. No que se refere à produção, ocorreram acréscimos de 6,6% para a soja e de 7,2% para o arroz, e decréscimos de 0,4% para o milho. Para a soja, estima-se uma produção de 121,0 milhões de toneladas. Para o milho, uma produção de 100,2 milhões de toneladas. O arroz, uma produção de 11,0 milhões de toneladas e, para o algodão, uma produção de 6,9 milhões de toneladas.

Na Tabela 7 observa-se a produção de 2019, estimativa para 2020 e variação percentual para o Brasil e Grandes Regiões, com previsão de crescimento de 15% da produção para a região Nordeste.

Tabela 7 - Produção (2019), estimativa (2020) e variação anual para o Brasil e Grandes Regiões

Grande Região	Produção 2019 (t)	Produção 2020 (t)	Varição (%)
Brasil	241.462.754	251.696.793	4,2
Centro-Oeste	111.517.113	118.785.826	6,5
Sul	77.217.933	74.267.571	-3,8
Sudeste	23.732.122	25.822.624	8,8
Nordeste	19.188.190	22.072.353	15,0
Norte	9.807.396	10.748.419	9,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação da Agropecuária, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – agosto de 2020.

MERCADO DE TRABALHO

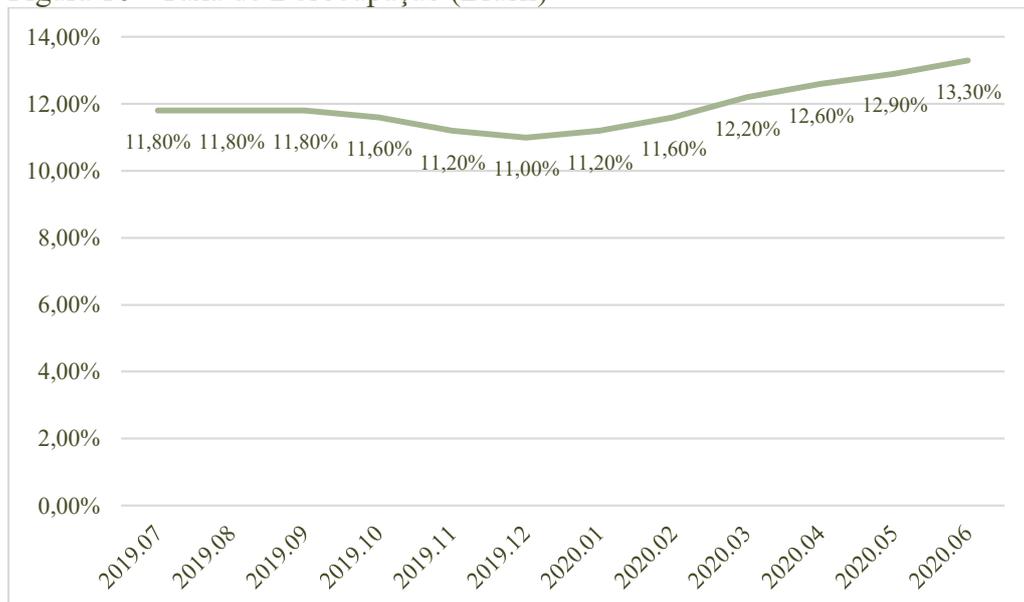
Prof. Dra.
Tanise Brandão
Bussmann

Novamente, a análise do Mercado de trabalho foi realizada utilizando os dados do CAGED, disponibilizados pelo Ministério da Economia e diz respeito apenas ao fluxo de trabalhadores ao longo do tempo, e também com os dados da PNAD Contínua, disponibilizados pelo IBGE.

A taxa de desocupação é medida pela parcela da população que está buscando trabalho sem conseguir uma efetiva ocupação. É importante levar em conta que a medida para o mês, pela fórmula de cálculo, leva em conta também os dois meses anteriores, ou seja, diz respeito ao trimestre móvel. A apresentação da série é realizada a partir do momento atual, e para os meses anteriores de forma que haja informações para um ano completo. A taxa de desocupação apresenta um crescimento em 2020, chegando no mês de junho ao valor de 13,3%, de acordo com as informações da PNAD Contínua. Obviamente, o resultado dos últimos meses é afetado pelos movimentos de isolamento social devido a pandemia de Coronavírus.

Ao observar as informações da PNAD COVID, que é uma base de dados auxiliar criada para o monitoramento das informações de saúde e economia, nota-se que a taxa de desocupação em agosto, entre 16/08 e 22/08 ficou em 13,2%¹ De acordo com a PNAD COVID, foram 4 milhões de brasileiros afetados pelo distanciamento social nesta mesma semana de referência. No que diz respeito ao trabalho remoto, a estimativa ficou em 8,3 milhões de pessoas.

Figura 10 - Taxa de Desocupação (Brasil)



Fonte: IBGE

Em relação ao rendimento real médio, de todos os trabalhos, nota-se que em abril o valor ficou em R\$2.681, e em maio em R\$2.690. Tais resultados indicam que, provavelmente os desligamentos expostos acima na Figura 10 Graestão relacionados a ocupações com recebimentos inferiores. Em junho, houve certa redução nos recebimentos, chegando os valores em R\$2.617. Nota-se também com as informações da PNAD COVID, 44,1% dos municípios brasileiros estão recebendo o auxílio

¹ <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>

emergencial. Este resultado pode impactar tanto a taxa de desemprego quanto também a taxa de desocupação.

Figura 12- Rendimento médio (Brasil)

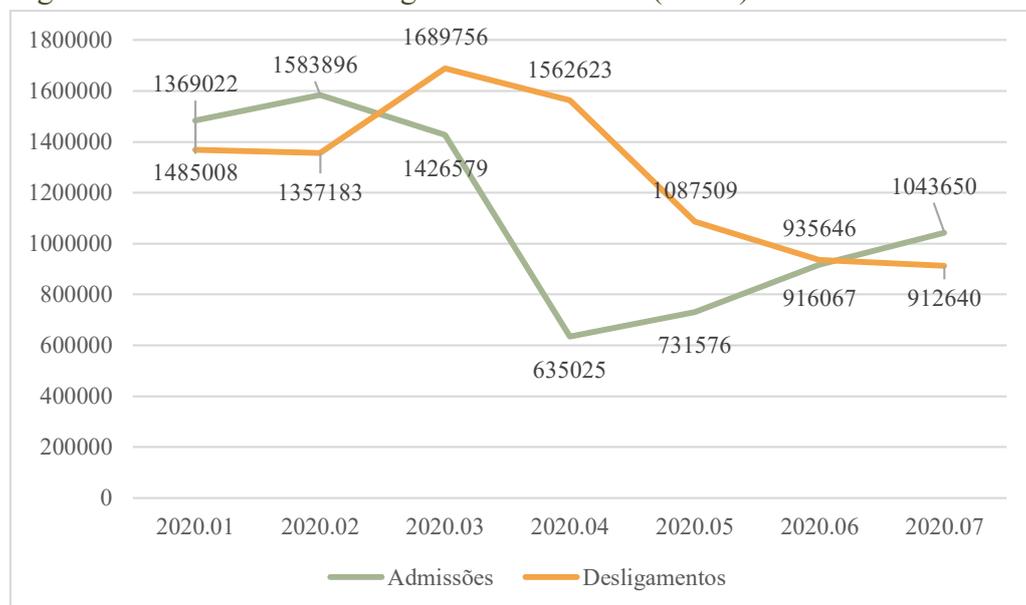


Fonte: IBGE

Sobre a admissão e desligamentos, observa-se que houve uma mudança metodológica na série utilizada. Por conta disso, são apresentados apenas os dados de 2020, que foram coletados pelo e-social ou Novo Caged².

A partir de abril de 2020 os valores apresentam uma redução bastante elevada, novamente, sendo possível justificar por conta da pandemia relacionada ao Coronavírus. Nota-se que entre março e maio, o hiato entre os admitidos e desligamentos é maior, sendo que em junho o valor se torna praticamente zero e a partir de então, há um saldo positivo para o saldo de empregos em julho, porém, ainda bastante pequeno frente aos saldos negativos que ocorreram nos meses anteriores.

Figura 13 - Admissões e Desligamentos em 2020 (Brasil)



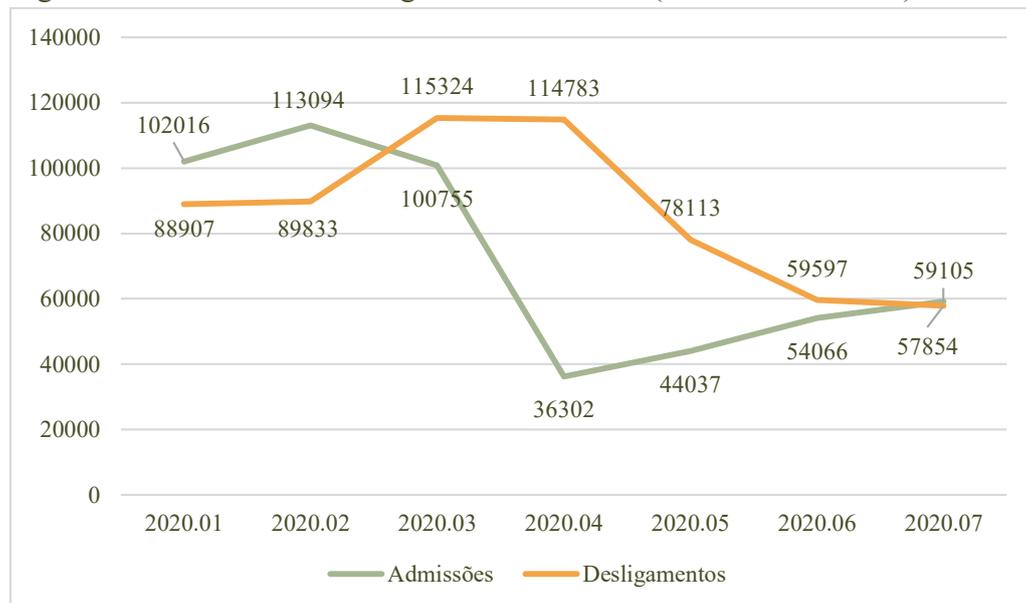
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do E-Social/Novo CAGED.

No caso do Rio Grande do Sul, nota-se o mesmo formato que o Brasil, em que em abril houve uma perda de quase 80 mil postos de trabalho, resultado que foi arrefecido nos

² Para mais informações sobre a coleta das informações de emprego no e-social, ver: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Nota%20t%C3%A9cnica%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20CAGED_26_05.pdf

meses seguintes, chegando em julho em um resultado positivo, porém ainda bastante tímido.

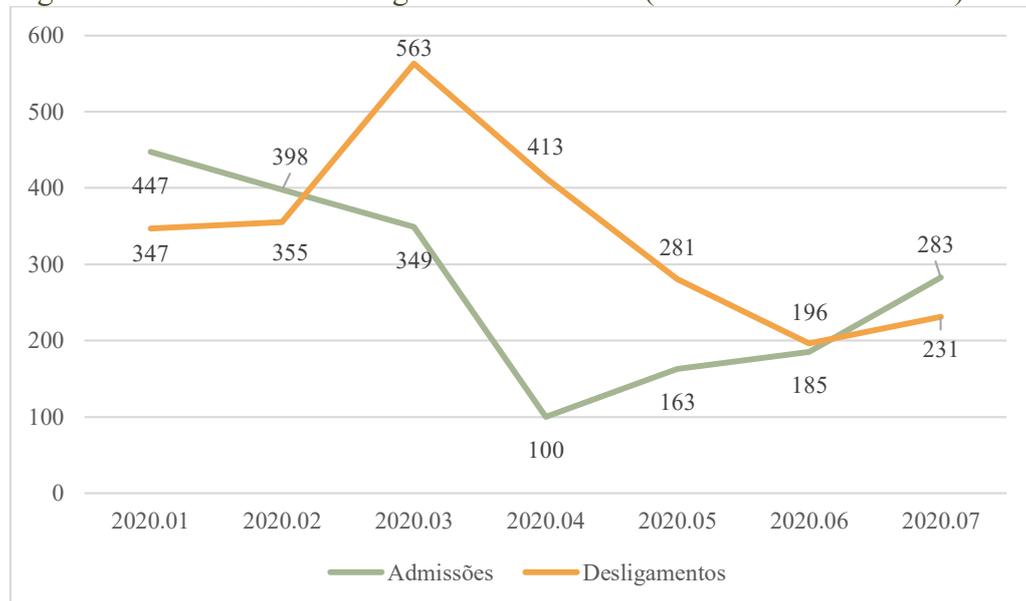
Figura 14 - Admissões e Desligamentos em 2020 (Rio Grande do Sul)



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do E-Social/Novo CAGED.

Para o município de Santana do Livramento, é possível também o mesmo comportamento observado no Brasil e o Rio Grande do Sul. O saldo de postos de trabalho ficou em 52 para julho.

Figura 15- Admissões e Desligamentos em 2020 (Santana do Livramento)



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do E-Social/Novo CAGED.

O Mercado de trabalho nacional, até julho apresenta uma melhora no número de vínculos de trabalho. O Rio Grande do Sul apresenta uma trajetória semelhante ao Brasil, no entanto, ainda apresentando um número maior de desligamentos. Para Santana do Livramento, no período recente observa-se que a oscilação é bastante elevada, com mudanças frequentes no saldo de movimentação.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Focus do Banco Central do Brasil** (23/agosto/2019). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/>>. Acesso em agosto/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores consolidados**. 2019. Visitado em 30 de agosto de 2019. In: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresconsolidados> Visitado em 30 de agosto de 2019

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/06/08/covid-19-to-plunge-global-economy-into-worst-recession-since-world-war-ii>>. Acesso em junho/2020.

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. Contas Nacionais Trimestrais - 1º trimestre de 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=destaques>>. Acesso em setembro/2020.

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?=&t=downloads>>. Acesso em setembro/2020.

IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] Carta de Conjuntura | 48 | 3º trimestre de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200909_cc48_indicador_consumo_aparente_julho.pdf> Acesso em setembro/2020.

IPEA. **Carta de Conjuntura**. Visitado em 30 de agosto,2019. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190809_cc_44_setor_externo.pdf

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Estatísticas do Comércio Exterior**. Visitado em 30 de agosto de 2019. In: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externor/estatisticas-de-comercio-externor/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>

TESOURO NACIONAL. **Resultado do Tesouro Nacional**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acesso em: 2 set. 2020.

Unipampa – Campus Santana do Livramento

Rua Barão do Triunfo, 1049, Centro

97.573-634, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul.